



## **ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**PROCESSO Nº:** 0111/2024

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 0069/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para auditoria independente contábil nas prestações de contas hospitalares, ambulatoriais de atenção básica e atenção especializada, incluindo análise financeira dos contratos e aditivos n.º 06-001/2017 e n.º 06-002/2023, formalizados entre o Município de Barão de Cocais e o Instituto Social Mais Saúde, Contratos n.º 08-006/2021, n.º 01-006/2022, n.º 10-017/2023, n.º 05-017/2021, n.º 01-005/2022, n.º 11-002/2023 e n.º 03-003/2023, formalizados entre o Município de Barão de Cocais e a Instituição de Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP; Contrato n.º 11-006/2023, formalizado entre o Município de Barão de Cocais e a APAS – Associação de Proteção e Amparo a Saúde.

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo(s) licitante(s) são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

### **1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>;

**1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;



**1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**1.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

## 2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**2.1.** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) responsável(is) pela administração da empresa;

**2.2.** prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**2.3.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**2.4.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**2.5.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**2.6.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**2.6.1.** Em caso de Microempreendedor Individual – MEI, poderá ser apresentado o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

**2.7.** prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**2.8.** prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**2.8.1.** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**2.9.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

### **3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**3.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

**3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**3.2.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**3.2.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**3.2.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**3.2.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**3.2.5.** A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:



**3.2.5.1.** A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

**3.2.5.2.** Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

**3.2.5.2.1.** O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

**3.2.6.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor a ser contratado.

**3.2.6.1.** O patrimônio líquido, indicador financeiro usualmente utilizado para avaliar a capacidade das empresas de executarem e manterem as obrigações contratuais, reflete a saúde financeira global da empresa, uma vez que representa a diferença entre os ativos e passivos. A verificação de um patrimônio líquido saudável pode indicar a capacidade da empresa de suportar riscos e imprevistos durante a execução do contrato, bem como da sua estabilidade financeira. Assim, o estabelecimento da comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, percentual máximo legal previsto na lei, visa garantir que as empresas interessadas na presente contratação tenham uma base financeira sólida para cumprir as obrigações contratuais sem atropelos. Estabelecer esse limite é uma maneira de mitigar riscos e garantir a qualidade na execução dos serviços contratados.

**3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**4.1.** Registro no Conselho Regional de Contabilidade e possuir Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade com habilitação em Qualificação Técnica Geral (QTG);



**4.2.** Comprovante de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade, da empresa licitante e dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria em nome da sociedade;

**4.3.** Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por Entidades públicas ou privadas, para as quais tenha a Licitante executado serviços de auditoria contábil.

**4.3.1.** Os atestados deverão referir-se ao objeto da licitação, contendo nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail), local e data de emissão.

**4.3.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**4.3.3.** O licitante disponibilizará, caso solicitado pelo Pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**4.4.** Declaração de potencial subcontratado, nos termos do art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo anexo – **Declaração de Subcontratação**, indicando a empresa subcontratada, CNPJ e demais informações pertinentes para análise e comprovação da capacidade técnica.

## DA EQUIPE

**4.5.** A equipe deverá ser composta de no mínimo:

**4.5.1. 01** (um) Profissional Sênior formado em Ciências Contábeis com experiência comprovada em auditoria; que além de registro junto ao Conselho Federal de Contabilidade, possua qualificação técnica emitida através do Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI de acordo com as normas editadas pela CVM.

**4.5.1.1.** A comprovação da experiência em auditoria do profissional se dará através de apresentação de atestado de prestação desses serviços, para pessoa jurídica pública ou privada, com prazo (atestado) não superior a 03 (três) anos.

**4.5.2. 01** (um) Profissional Júnior formado em Ciências Contábeis.

**4.5.3.** Sem prejuízo da exigência do item 4.5.1 e 4.5.2, a CONTRATADA deverá possuir, ainda, integrado à sua equipe de trabalho, no mínimo, um dos seguintes profissionais:



**4.5.3.1.** Contador com especialização em Auditoria ou Contador mestre em Contabilidade;

**4.5.3.2.** Administrador, especialista em gestão hospitalar. Apresentar Diploma de Graduação e registro no Conselho Regional de Administração, bem como Diploma de Especialista em Gestão Hospitalar;

**4.5.3.3.** Médico, especialista em gestão de saúde. Apresentar Diploma de Graduação e registro no Conselho Regional de Administração bem como Diploma de Especialista em Gestão Hospitalar;

**4.5.3.4.** Administrador, especialista em gestão pública. Apresentar Diploma de Graduação e registro no Conselho Regional de Administração, bem como Diploma de Especialista em Gestão Pública;

**4.5.3.5.** Advogado, especialista em Direito Público. Apresentar Diploma de Graduação e registro na Ordem dos Advogados do Brasil, bem como o Diploma de Especialista em Direito Público.

**Em relação aos licitantes enquadrados como cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:**

**4.6.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971](#);

**4.7.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**4.8.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**4.9.** O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

**4.10.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**4.11.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o



contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**4.12.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Joseane Batista Almeida Santos

Secretária Municipal de Saúde